

Antes de iniciar os comentários acerca da terceira edição da *Juris Rationis*, queremos agradecer, mais uma vez, pela participação, colaboração e, sobretudo, o sucesso da nossa segunda edição. Recebemos inúmeras artigos, o que ajuda, cada vez mais, a consolidar a nossa Revista.

Temos a satisfação de apresentar a terceira edição da REVISTA JURIS RATIONIS, instrumento próprio para a divulgação de pesquisa científica realizada no âmbito do Programa de Direito. A presente edição, reunindo textos relevantes, foi planejada para festejar esse acontecimento, e além disto, para gravar de forma indelével o compromisso com a qualidade da pesquisa.

O primeiro artigo do espaço *Juris Rationis* é “A prova científica no processo civil brasileiro: DNA e estatística”, de Alice Kramer Iorra, onde a autora analisa questões que decorrem da prova científica no processo civil brasileiro – mais precisamente as problemáticas oriundas da prova pelo exame de DNA e prova por dados estatísticos, que embora tenha escassa aplicação no direito processual civil brasileiro, é fruto de vasta discussão no direito norte-americano, sobretudo na jurisprudência.

O Segundo artigo tem como título “Direito ao Conhecimento das Origens Genéticas e a Procriação Medicamente Assistida”, de Ana Amélia Ribeiro Sales. Segundo a autora, o desenvolvimento da biotecnologia tem causado significativas transformações no Direito Civil. Associado a esse contexto, a importância cada vez maior que os direitos de personalidade adquiriram na sociedade atual revelaram a existência de um direito ao conhecimento das origens genéticas.

Um terceiro artigo, de Felipe Barros, sob o título “Os limites ao poder de reforma da Constituição na experiência constitucional brasileira”, onde o presente ensaio tem o escopo de analisar, à luz da experiência constitucional brasileira, o poder de reforma da Constituição. Para tanto, discorre sobre o poder constituinte de reforma a partir da teoria clássica do Poder Constituinte de Emmanuel Joseph Sieyès e de constitucionalistas contemporâneos, dando ênfase aos limites implícitos e explícitos impostos pelo Poder Constituinte originário, abordando a evolução do poder de reforma da Constituição na história constitucional brasileira, desde a Constituição imperial de 1824 até a Constituição da República em vigor.

O quarto artigo “Uma análise histórico-jurídica da virtualização do processo judicial”, de Nicolau Otto dos Anjos Fontes, tem como finalidade estudar o processo judicial eletrônico sob a ótica histórico-jurídica. A modernização de processo eletrônico é, pois, uma consequência da revolução tecnológica que a sociedade atual

perpassa, figurando-se como imprescindível para reduzir os custos de tempo e espaço, facilitando a execução dos princípios do Acesso à Justiça, da celeridade e efetividade processual.

Destacamos o quinto artigo “Judicialização das políticas da saúde: uma abordagem histórica, sócio cultural e jurisprudencial”, dos autores José Albenes Bezerra Júnior e Cristina Regina Soares de Araújo Lima, onde analisa a saúde através de um panorama histórico. A sua evolução tem sido lenta refletindo inúmeras demandas individuais e coletivas junto aos tribunais. O conflito de funções estatais tem gerado controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais quanto à interpretação das normas e legitimidade da intervenção do judiciário nas políticas de saúde.

No sexto artigo, de Tatiana Aguiar, sob o título de “Uma visão retórica do Direito”, Segundo a autora, a arte de persuadir e convencer, sem visar como resultado a verdade absoluta, levou à retórica ao lugar de desprezo tanto pelo cristianismo, que pregava a verdade divina como a única possível e não aceitava a multiplicidade de premissas admitida pela retórica, como pelo racionalismo, que considerava a ciência como o único caminho ao conhecimento.

Temos, ainda a presença de três artigos no espaço VERBUM. Esse espaço é destinado aos alunos que estão iniciando suas pesquisas no espaço acadêmico. É uma oportunidade de incentivá-los a buscar a pesquisa como meio de desenvolvimento acadêmico.

O primeiro deles, é o artigo da aluna Christini Farias Coutinho, que versa sobre a responsabilidade civil do cirurgião plástico. O segundo, de Jardiel Oliveira Silva, analisa a questão da submissão dos atos discricionários da administração pública, ao controle do Poder Judiciário, como forma de proteção da ordem constitucional. Por fim, o artigo produzido pelo aluno Diego Rocha Fernandes, pretende expor aspectos relevantes da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN -, tendo em vista as estratégias para conservação da biodiversidade por meio de áreas protegidas pelo Poder Público em consonância com os proprietários de imóveis rurais.

Certamente, a propagação do conhecimento por mecanismo tão abrangente possibilitará a integração entre as mais diversas áreas do saber, em proveito da construção de uma rede de divulgação de experiências.

Agradecemos a todos os autores que enviaram seus trabalhos para a Revista, bem como aos membros do Conselho Científico pela preciosa colaboração na avaliação dos textos.

Aproveitem a leitura.

**Jose Albenes Bezerra Junior | Editor**